

A moratória e o mito FMI

CARLOS TAVARES DE OLIVEIRA

Tinha toda a razão, o então Senador José Sarney, quando em 1983, no Congresso, em veemente discurso de condenação à declaração de moratória unilateral, afirmou que, se isso ocorresse, teria o Brasil "obstáculos maiores para exportação de produtos, em razão da posição retaliatória que tenderia a se generalizar no âmbito dos principais mercados". Mais adiante, nesse pronunciamento — publicado sob o título de Respostas a Ulysses Guimarães — previu o Senador, corretamente, o prejuízo das importações e que "cessaria o financiamento das exportações, reduzindo-se a receita cambial". Em outra passagem, o histórico discurso, condenando também o rompimento com o Fundo Monetário Internacional, de forma didática e cristalina, esclarece: "O FMI é uma entidade da qual fomos fundadores e somos participantes. Suas exigências nada mais são do que aquelas, de qualquer credor, que deseja saber como o devedor irá saldar as suas dívidas".

Como lucidamente previu o Senador Sarney, no mundo moderno, não se pode fazer comércio exterior sem o suporte da rede bancária internacional. Experimentado exportador e membro do Conselho Nacional de Comércio Exterior (Concex), Laerte Setúbal prevê que o superávit deste ano girará em torno de apenas US\$ 6,7 bilhões (longe da meta de US\$ 8 bilhões do Ministro Bresser) não obstante a recente mididesvalorização do cruzado de 8,5%, — em virtude das imposições abertas e veladas feitas pelos bancos internacionais, após a suspensão do pagamento dos juros da dívida. O astuto líder Mikhail Gorbachev, percebendo que o bloqueio dos bancos ocidentais vinha prejudicando fortemente o desenvolvimento das exportações e importações soviéticas, determinou o pagamento da antiga dívida pendente do Czar Nicolau II com banqueiros ingleses, no valor de US\$ 380 milhões, ainda decorrente da moratória decretada em 1917. Segundo observadores europeus, com a liquidação desse antigo compromisso imperial, prepara a URSS o seu ingresso no FMI, juntando-se, assim, a outros onze países socialistas, inclusive a China, que já se aproveitam dos créditos a juros baixos da organização.

Sobre o mesmo tema, outro interessante discurso, este bem mais recente, oferece atualizadíssimas informações, em particular aos brasileiros que costumam criticar sem conhecer. Falando na reunião anual da Associação de

Bancos de Comércio Exterior, realizada na semana passada em Boca Raton, Flórida, o novo diretor-executivo do FMI, o socialista francês Michel Camdessus, reconheceu que "deve haver maior flexibilidade no tratamento da dívida externa, devendo os banqueiros serem menos cautelosos em seus empréstimos às nações devedoras". Apresentando sua linha de ação à frente do órgão — bem diferente da de seu antecessor, Jacques de la Rosière — assinalou Camdessus que está efetivando total revisão dos programas de ajuda ao FMI, alvos de procedentes críticas sobre a rigidez e inadequação às condições peculiares de cada país. Em declaração muito semelhante ao discurso do partido majoritário brasileiro, o dirigente do FMI ressaltou que as nações em desenvolvimento têm dificuldades para resolver o problema do endividamento devido à desaceleração da economia mundial, à abrupta queda dos preços das matérias primas e a falta de financiamentos adequados por parte dos bancos privados. Ao finalizar, com uma assertiva que pode interessar ao Brasil, afirmou: "Os programas inteligentes requerem diagnósticos cuidadosos e enfoque individualmente adaptado às circunstâncias de cada situação". Como se verifica, tais declarações divergem bastante da versão negativa que corre entre nós, em todos os círculos, sobre o caráter e intenções do FMI.

Dias antes de ser nomeado Ministro, o professor Bresser Pereira disse à imprensa que, ainda este ano, se poderia pagar pelo menos 50% dos juros externos da dívida (cerca de US\$ 4,5 bilhões). Logo no discurso de posse, ao adiantar que "será possível também restabelecer o diálogo com a comunidade financeira internacional", sabia da importância da medida para obtenção do projetado superávit comercial de US\$ 8 bilhões. Assim, para respaldo da sensata iniciativa do Ministro de voltar a dialogar com o Fundo, talvez fosse oportuna a ampla divulgação, em particular nos meios políticos, da esclarecedora conferência do diretor Michel Camdessus.

Quanto à moratória, é pena que o Presidente da República, quando lhe propuseram a sua decretação, não tenha repetido o Senador Sarney na resposta a Ulysses.

CARLOS TAVARES DE OLIVEIRA é Consultor de Comércio Exterior da Confederação Nacional do Comércio